



Anais da Assembléia

Nº 127

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 27 DE DEZEMBRO DE 1989.

ANO XV

RESOLUÇÃO Nº 68/89

DATA: 26/12/89

SÚMULA: Fica ratificado o Termo Aditivo firmado em grau de urgência, em 01 de novembro de 1989, ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, para implantação do Programa de Assentamento de Trabalhadores Rurais, em cumprimento à execução do Plano Regional de Reforma Agrária. (Mensagem do Poder Executivo nº 82/89).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 73 da Constituição Estadual, CC o § 3º do Art. 127 do Regimento Interno, a seguinte Resolução:

Art. 1º - Fica retificado o Termo Aditivo firmado em grau de urgência, em 01 de novembro de 1989, ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, para implantação do Programa de Assentamento de Trabalhadores Rurais, em cumprimento à execução do Plano Regional de Reforma Agrária.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 26/12/89

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

RESOLUÇÃO Nº 69/89

DATA: 26/12/89

SÚMULA: Fica ratificado o Segundo Termo Aditivo ao Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, e a Secretaria Executiva do Programa Nacional de Irrigação, para elaboração do Cadastro Nacional de Irrigantes, parte referente ao Estado do Paraná, figurando como interveniente a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento. (Mensagem do Poder Executivo nº 83/89).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 73 da Constituição Estadual, CC o § 3º do Art. 127 do Regimento Interno, a seguinte Resolução:

Art. 1º - Fica retificado o Segundo Termo Aditivo ao Convênio nº 235/87 celebrado entre o Estado do Paraná, e a Secretaria Executiva do Programa Nacional de Irrigação para elaboração do Cadastro Nacional de Irrigantes, parte referente ao Estado do Paraná, figurando como interveniente a Secretaria Estado da Agricultura e do Abastecimento.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em

vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 26/12/89

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

RESOLUÇÃO Nº 73/89

DATA: 26/12/89

SÚMULA: Encaminhando cópias autênticas de Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através do Secretário Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, e o CEAG - Centro de Apoio à Pequena e Média Empresa, e os Municípios de Marialva, Ponta Grossa e São José dos Pinhais, conforme especifica. (Mensagem do Poder Executivo nº 101/89).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 73 da Constituição Estadual, CC o § 3º do Art. 127 do Regimento Interno, a seguinte Resolução:

Art. 1º - Ficam autorizados os Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através do Secretário Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico com:

I - CEAG - Centro de Apoio à Pequena e Média Empresa do Paraná, objetivando apoio ao empresário industrial comercial e de Serviços do Estado, mediante projetos que especifica;

II - o Município de Marialva, objetivando a promoção das potencialidades do Município, bem como da comercialização de produtos agropecuários;

III - o Município de Ponta Grossa, objetivando a promoção das potencialidades econômicas do Município e da Região, bem como da comercialização de produtos industrializados;

IV - o Município de São José dos Pinhais, objetivando a promoção do comércio no Município, conforme projeto que menciona.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 26/12/89

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

RESOLUÇÃO Nº 76/89

DATA: 26/12/89

SÚMULA: Ficam ratificados os Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e do Departamento de Estradas de Rodagem, e os Municípios que especificam, objetivando a manutenção e proporcio-

nar condições de implantação de trechos de estradas existentes e a serem construídos na forma do Programa Paraná Rural. (Mensagem do Poder Executivo n° 087/89).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 73 da Constituição Estadual, CC o § 3° do Art. 127 do Regimento Interno, a seguinte Resolução:

Art. 1° - Ficam ratificados os convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e do Departamento de Estradas de Rodagem, e os seguintes Municípios e datas: Município de ARARUNA, convênio n° 007/89, na data de 14/09/89; Município de CAMPINA DA LAGOA, convênio n° 023/89, na data de 18/09/89; Município de CAMPO MOURÃO, convênio n° 024/89, na data de 18/09/89; Município de CORONEL VIVIDA, convênio n° 029/89, na data de 18/09/89; Município de IBAITI, convênio n° 076/89, na data de 02/10/89; Município de ITAMBACÁ, convênio n° 036/89, na data de 18/09/89; Município de JAGUARIAÍVA, convênio n° 040/89, na data de 19/09/89; Município de MANGUEIRINHA, convênio n° 047/89, na data de 19/09/89; Município de NOVA CANTU, convênio n° 054/89, na data de 19/09/89; Município de PEABIRU, convênio n° 072/89, na data de 19/09/89; Município de QUINTA DO SOL, convênio n° 060/89, na data de 20/09/89; Município de SANTA MARIANA, convênio n° 063/89, na data de 19/09/89; Município de SERTÃO POLIS, convênio n° 066/89, na data de 19/09/89; Município de UNIAO DA VITÓRIA, convênio n° 017/89, na data de 14/09/89; e o Município de UIRATÁ, convênio n° 068/89, na data de 19/09/89, objetivando a manutenção e proporcionar condições de implantação de trechos de estradas existentes e a serem construídos na forma do Programa Paraná Rural.

Art. 2° - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 26/12/89

(a) ANIBAL KHURY
Presidente

RESOLUÇÃO N° 81/89

DATA: 26/12/89

SÚMULA: Fica ratificado o Convênio celebrado em 11/10/89, entre o Departamento de Estradas de Rodagem e a Companhia Paranaense de Energia Elétrica, objetivando a execução dos serviços de torres de energia elétrica e demais serviços correlatos, por ocasião da construção de obras rodoviárias. (Mens. do Poder Executivo n° 95/89).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Art. 73 da Constituição Estadual, CC o § 3° do Art. 127 do Regimento Interno, a se-

Curitiba, quarta, em 27.12.89

guinte Resolução:

Art. 1° - Fica retificado o Convênio n° 005 celebrado por motivo de urgência, em 11 de outubro de 1989, entre o Departamento de estradas de rodagem e a Companhia Paranaense de Energia, objetivando a execução dos serviços de torres de energia elétrica e demais serviços correlatos, por ocasião da construção de obras rodoviárias.

Art. 2° - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 26/12/89

(a) ANIBAL KHURY
Presidente

3.ª **SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.ª LEGISLATURA**
ATA DA 01.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 27 DE DEZEMBRO DE 1989
QUARTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Tadeu Lúcio Machado e Werner Wanderer.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, José Afonso Júnior, Orlando Pessutti, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer, Pirajá Ferreira, Acir Mezzadri, Amélia Hruschka, Antônio Annibelli, Antônio Bárbara, Antônio Costenaro Netto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caio Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Alves, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcantara, Leônidas Chaves, Lindolfo Júnior, Luciano Pizzatto, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Naimir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nilton Barbosa, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Quielise Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Renato Adur, Sabino Campos, Valderi Mendes Vilela e Vera Agibert (53). Achando-se ausente o Senhor Deputado Algaci Túlio (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura das Atas das sessões anteriores, as quais são aprovadas sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagem:

PROCURADORIA GERAL E JUSTIÇA DO ESTADO
MENSAGEM N° 6/89-PGJ.

Curitiba, 26 de dezembro de 1989

Senhor Presidente:

Nos termos dos artigos 65 e 116 da Constituição Estadual, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para a elevada apreciação da Assembléia Legislativa, o anexo anteprojeto de lei, que dispõe sobre as eleições destinadas à formação da lista tríplice para a escolha e nomeação do Procurador-Geral de Justiça do Estado.

A necessidade de se estabelecer a forma para a escolha do Procurador-Geral de Justiça decorre do disposto no artigo 128, § 3º, da Constituição Federal e do artigo 116 da Constituição Estadual, normas essas que objetivam democratizar o processo do preenchimento do cargo de Chefe da Instituição, como corolário das disposições constitucionais que asseguram ao Ministério Público e aos seus membros ampla autonomia e independência.

O anteprojeto busca regulamentar as normas gerais aplicáveis ao pleito, de forma a garantir a participação de todos os membros da classe, em respeito aos princípios democráticos consagrados em nosso ordenamento constitucional.

De se acentuar que a matéria ora proposta encerra antiga aspiração e certamente encontrará a melhor receptividade junto a essa Augusta Casa Legislativa.

Ao ensejo reafirmo a Vossa Excelência os meus protestos de alta estima e distinta consideração.

(a) LUIZ CHEMIM GUIMARÃES
Procurador-Geral de Justiça

ANTEPROJETO DE LEI N° 409/89

SÚMULA: Dispõe sobre as eleições destinadas à formação de lista tríplice para a escolha e nomeação do PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA.

Art. 1º - O Ministério Público tem por chefe o Procurador Geral da Justiça, nomeado pelo Governador do Estado, após a aprovação da Assembléia Legislativa, dentre os integrantes da Carreira, indicados em lista tríplice elaborada na forma desta lei, por todos os seus membros, para mandato de dois (02) anos, permitida uma recondução, em que se observará o mesmo processo.

Art. 2º - Para a formação de lista tríplice, são eleitores todos os membros do Ministério Público, em exercício.

Art. 3º - São elegíveis os integrantes vitalícios da carreira, que tenham reque-

rido sua inscrição como candidatos até cinco dias, a contar da publicação do edital de chamamento, a ser baixado pela Procuradoria-Geral de Justiça, na imprensa oficial.

Parágrafo Único - A lista dos candidatos inscritos será publicada no órgão oficial, no prazo de três dias, após o encerramento das inscrições.

Art. 4º - Caberá ao Conselho Superior do Ministério Público a regulamentação do processo eleitoral.

Art. 5º - Serão considerados incluídos na lista para escolha do Procurador-Geral de Justiça, pelo sistema plurinominal, os três candidatos mais votados, e, em caso de empate, será incluído, sucessivamente, o candidato de maior tempo na carreira; o de maior tempo de serviço público prestado ao Estado do Paraná; e, o mais idoso.

Art. 6º - A lista tríplice será encaminhada pelo Procurador-Geral de Justiça ao Governador do Estado, para escolher, no prazo de dez dias, o nome de um dos indicados, que será submetido à apreciação da Assembléia Legislativa.

Art. 7º - Após a aprovação da Assembléia Legislativa, que se dará no prazo de quinze dias, o Governador do Estado efetivará a respectiva nomeação, em cinco dias.

Art. 8º - O Procurador Geral de Justiça tomará posse e entrará em exercício perante o Colégio de Procuradores, no prazo máximo de dez dias.

Art. 9º - As eleições para a formação da lista tríplice serão realizadas no prazo máximo de 30 dias, a contar da publicação desta lei.

Art. 10 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(a) LUIZ CHEMIM GUIMARÃES
Procurador-Geral de Justiça
- À Diretoria Legislativa.

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO N° 3135

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a transformação em projeto de lei em separado, das Emendas de n° 03 a 21, apostas ao Projeto de Lei n° 345/89.

Sala das Sessões, em 27.12.89

(a) ARTAGÃO MATTOS LEAO

REQUERIMENTO N° 3133

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a marcação de Sessão Extraordinária para hoje logo após o encerramento da Sessão Ordinária.

para a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia, da presente sessão, quais sejam Redação Final do Projeto de Lei n° 345/89 e 2.ª Discussão do Projeto de Resolução n° 100/89.

Sala das Sessões, em 27.12.89

(a) Werner Wanderer

REQUERIMENTO N° 3134

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pelo parágrafo 2º do artigo 113, Requer, a diminuição do interstício para a votação das matérias constantes da Ordem do Dia da presente sessão.

Sala das Sessões, em 27.12.89

(a) Werner Wanderer

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Finda a leitura do expediente.

Não há oradores inscritos no Pequeno Expediente.

No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Lindolfo Júnior.

SR. LINDOLFO JÚNIOR - Sr. Presidente, Srs.

Deputados; amigos que nos visitam; companheiros da imprensa.

Estamos encerrando este ano. Mais um ano Legislativo, onde procuramos no decorrer deste ano que passou, contribuir, primeiro para com a nossa Constituição Estadual onde atuamos decisivamente na apresentação de projetos de lei, projetos de lei complementar no sentido de regulamentar inúmeros dispositivos da nossa Constituição Estadual.

E, hoje, atendendo a uma convocação extraordinária para o período de 26 de dezembro do corrente ano a 17 de janeiro de 1990, nos deparamos com algumas propostas, uma delas o Projeto de lei n° 345/89 de autoria do Poder Executivo oriundo da Mensagem n° 87/89 que se refere à taxa de segurança.

Nós fizemos um pronunciamento no início deste mês alertado esta Casa, os Senhores Parlamentares e a população paranaense com relação às tabelas enviadas para a Assembléia Legislativa. Tabela essa que acompanhará este projeto que aumenta, de forma abusiva até, a taxa de segurança do nosso Estado.

Eu gostaria de fazer uma colocação, inclusive, aproveitando a presença do ilustre Secretário de Estado da Segurança que vem a este Parlamentar debater, conversar com os Senhores Parlamentares no sentido de alertar mais uma vez o que nós já fizemos no começo deste mês.

Eu gostaria de tomar como exemplo a Cédula de identidade que hoje nós pagamos 5% da Unidade Padrão Fiscal do Estado do

Paraná e o Governo propõe o aumento de 20% na Cédula de Identidade.

Nós na verdade não estamos pagando 15% de aumento. Primeiro porque a unidade padrão é reajustada trimestralmente. De cinco para 20% da unidade padrão, representa um aumento de 400%, e não somente de 15% como parece esse aumento.

Por isso nobres Pares, quando ascendemos à Tribuna desta augusta Casa de Leis, no sentido de sugerir, de reivindicar, o fazemos com o propósito de protegemos o salário do contribuinte, de protegemos aquele contribuinte paranaense que paga os seus impostos até com muita dificuldade. Nós particularmente já manifestamos a nossa posição.

Votamos favoravelmente a medidas acertadas, mas sempre votaremos contra medidas, que no nosso entender prejudiquem a população do Estado do Paraná. Frequentamos assiduamente todas as sessões da Assembléia Legislativa. E, agora, convocados que somos para esse período extraordinário aqui estamos para deixarmos bem claro a nossa posição com relação a essa taxa de segurança.

Eu não concordo com a prática do Governo de mandar Mensagens que necessitem da nossa aprovação até o último dia do ano, desta forma. Por isso é preciso que nós tenhamos mais tempo, e este é um alerta que nós fazemos, não somente ao Governador Álvaro Dias, mas aos demais governantes, como já fazíamos esta pregação de não votarmos projetos sem um prévio conhecimento.

Quantos projetos são aprovados, quantos são aqueles que, às vezes, chegam e dizem, o que foi aprovado, sem ter a mínima noção do que esta Casa aprova, as emendas que são apresentadas, e isto não acontece só aqui. Isto acontece também nas Assembléias Legislativas, nas Câmaras Municipais, no Congresso Nacional.

Nós temos uma responsabilidade. Nós elegemos e somos porta-vozes da população deste Estado. Nós somos os legítimos representantes do povo do Paraná e por isso temos uma responsabilidade, nobres Pares. Eu peço, neste instante, que analisemos com profundidade esta questão da mensagem da taxa de segurança.

Tem uma emenda do Deputado Artagão, uma boa emenda, pela qual eu briguei na Constituinte, já, pessoalmente, conversei com o Secretário Noronha, que é de deixarmos senão 100%, pelo menos 50% do dinheiro arrecadado do Funrespol para o município de origem. Não obtivemos êxito.

Apresentamos um projeto de lei, também o projeto ficou engavetado. Hoje, o Líder do Governo apresenta uma emenda no sentido de deixar neste município de origem 10% para o Funrespol.

Eu gostaria de parabenizá-lo, Deputado Artagão, pela vossa iniciativa. Uma iniciativa que nós já brigamos aqui nesta Casa há dois anos que é a questão do Funrespol. Acho 10% ainda muito pouco, acho que precisávamos ainda muito mais. Temos uma emenda, a de número 21, de autoria do Deputado Nereu Carlos Massignan: "Ficam isentas as alíquotas, incidem nas classificações seguintes até a data de 31 de dezembro de 1990, identidade, segunda via da cédula de identidade e retificação em geral.

É uma medida justa, são emendas que tentam de uma forma ou de outra ajustar, melhorar a mensagem do Governo Estadual. Mas se votar o projeto da forma que está no aumento de 15% significa um aumento na verdade de 400%, e nós precisamos tomar cuidado porque o povo do Paraná saberá que esta Casa referendou e não aperfeiçoou uma mensagem do Poder Executivo. Por isso, Sr. Presidente, deixando de ser apreciado o presente projeto prevalecem para o exercício de 1990 as mesmas tabelas aplicadas no corrente exercício.

Nos tivemos a oportunidade de confrontar as tabelas propostas no Projeto n° 345/89 com as tabelas da legislação anterior e constatamos que quase a totalidade dos itens tiveram seus percentuais majorados. Eu citei o caso aqui da cédula de identidade que vai de 5% para 20%. E eu tenho a certeza que o Deputado Caio Quintana e o Deputado Paulo Furiatti concordam conosco, com nosso pronunciamento. Aumentará em 400%, porque é pela unidade padrão fiscal do Estado do Paraná. Tenhamos cuidado, Srs. Parlamentares, com a aprovação deste projeto. Nós já votamos contra nas três votações, e se prevalecer do jeito que está votaremos novamente contrariamente a este projeto, porque é inadmissível que continuemos votando mensagens somente de aumento, de tributo, de impostos contra o povo do Paraná.

Eu gostaria de destacar que existe um imperativo constitucional de que o projeto seja aprovado e sancionado até o dia 31 deste mês. Mas nós entendemos, nobres Pares, que é mais conveniente para esta Casa aprovar o projeto, se for para aprovar, suprimindo o artigo 2°, sem as tabelas, ou votando artigo por artigo ou aprovando as emendas n° 01 do Deputado Líder do Governo e a n° 21, do Deputado Nereu Carlos Massignan.

Se não me engano temos também uma emenda do Deputado Presidente desta Casa e eu recebi a informação de ser uma emenda importantíssima também para a população do Estado do Paraná.

Por isso, este é o nosso posicionamento; já votei contrariamente às emendas, votei contrariamente ao projeto nas três

discussões e se não modificar e se não houver um entendimento da liderança do PMDB, do Governo e das demais lideranças, nós votaremos novamente contrário ao projeto, por entendermos ser uma aberração e um aumento abusivo contra o povo do Estado do Paraná.

Quero que registre o nosso posicionamento, Sr. Presidente e quero agradecer aos Srs. Deputados, a Vossa Excelência e aos amigos da imprensa, às pessoas que nos visitam por terem nos ouvido até o presente momento.

Era esta a nossa intervenção.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 53 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

4.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 345/89, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 87/89), que dá nova redação ao § 1°, do art 3°, da Lei n° 7.812, de dezembro de 1983. Com PARACER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLEIA, por unanimidade. Com EMENDAS DE PLENÁRIO.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente, solicitando a transformação em projeto de lei em separado, das Emendas de n° 03 a 21, apostas ao Projeto de Lei n° 345/89. -Aprovado.

O SR. PEDRO TONELLI - Pela ordem, Senhor Presidente.

É de autoria de quem este requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Do Líder, Artagão Mattos Leão.

O SR. PEDRO TONELLI - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação a Emenda n° 02, Deputado Anibal Khury. APROVADA.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Pela ordem, Senhor Presidente.

Apenas gostaria de saber: nós não votaremos primeiro o projeto?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O projeto já está sendo votado em 3.ª Discussão, Deputado.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR. Votamos agora, Senhor Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não, na sessão passada. Só estamos votando as emendas.

Em votação a emenda do Deputado Artagnão Mattos Leão. APROVADA.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 100/89 (Mensagem n° 121/89 ex-Proposição n° 89/89), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que ratifica o termo de Convênio n° 81/89 celebrado em 17 de outubro de 1989, entre o Estado do Paraná, através do Departamento de Estradas de Rodagem, com a interveniência da Secretaria de Estado dos Transportes e a URBS, objetivando implementar e viabilizar o projeto Prática Educacional de Trânsito, que tem por escopo educar e transmitir conhecimentos sobre a prevenção de acidentes aos alunos das escolas de Curitiba. Aprovado.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 101/89 (Mensagem n° 124/89 ex-Proposição n° 92/89), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que autoriza o Poder Executivo, através do ITCF, a alienar ao Senhor TEISSIM TINA, o imóvel constituído dos lotes n°s 73, 85, 101, 102 e 103, da Gleba Ribeirão do Tigre. Secção 3-A, da Colônia Paranavaí, Município de Marilena, com área de 343,62 hectares, objeto da matrícula n° 3032 do Cartório de Registro de Imóveis de Nova Londrina, Estado do Paraná.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 101/89

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo através do Instituto de Terras, Cartografia e Florestas - ITCF, autorizado a alinear ao Senhor TEISSIM TINA, o imóvel constituído dos lotes n°s 73, 85, 101, 102 e 103, da Gleba Ribeirão do Tigre. Secção A, da Colônia Paranavaí, Município de Marilena, com área de 343,62 hectares, objeto da Matrícula n° 3032 do Cartório de Registro de Imóveis de Nova Londrina, Estado do Paraná.

Art. 2° - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19.12.89

Curitiba, quarta, em 27.12.89

(aa) CÂNDIDO BASTOS - Presidente
SABINO CAMPOS - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO N° 092/89

P A R E C E R:

Oriunda da Mensagem Governamental n° 124/89, a presente proposição solicita autorização da Assembléia Legislativa para alinear ao SR. TEISSIM TINA, através do ITCF, o imóvel constituído dos lotes n°s 73, 85, 101, 102 e 103, da Gleba Ribeirão do Tigre, Secção "A", da Colônia Paranavaí, Município de Marilena, com área de 343,62 hectares, objeto da matrícula n° 3032 do Cartório de Registro de Imóveis de Nova Londrina, Estado do Paraná.

Conforme reza a Constituição Estadual, em seu artigo 53, inciso XIV, cabe à Assembléia Legislativa dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente: aquisição onerosa e alienação de bens imóveis do Estado.

Nestas condições, vemos que a presente proposição obedece os preceitos constitucionais vigentes.

Assim sendo, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO, na forma do projeto de resolução em anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.12.89

(aa) CÂNDIDO BASTOS - Presidente
SABINO CAMPOS - Relator

Retirado da Ordem do Dia, de ofício pelo Senhor Presidente.

Sobre a mesa, requerimento de n° 3133, de autoria do Senhor Deputado Werner Wanderer, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 3134, de autoria do Senhor Deputado Werner Wanderer, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando uma Extraordinária para daqui a dez minutos, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 345/89.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 100/89.

Levanta-se a sessão.